

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Rosa Amélia de Queiroz (PPGEd/UFCC)

Maria do Socorro Silva (PPGEd/ UFCC)

1. Introdução

Na história das políticas educacional brasileira – do Estado patrimonialista imperial ao Estado neoliberal ou neoconservador – as escolas localizadas no campo brasileiro sempre foram tratadas como de segunda categoria, inexistindo uma escola em todos os níveis e modalidades de ensino para a população campesina.

As marcas do latifúndio mesmo transvestidas atualmente da modernização tecnológica do agrohidronegócio, sempre buscaram articular a concentração, acumulação e centralização do capital com a concentração do saber, o que gerou ao longo do século analfabetismo, baixa escolarização ou acesso a uma escolarização descontextualizada da vida, da cultura e do trabalho campesino.

O enfrentamento a exclusão ao acesso a escolarização foi uma marca permanente nos movimentos educacionais, sociais e sindicais do campo, sempre articulado a luta por terra, direito a água e a soberania alimentar.

Esta conflitualidade entre o paradigma societário hegemônico e a resistência e organização campesina, quilombola e indígena, gerou diversos movimentos políticos e pedagógicos no Brasil, especialmente, a partir da década de 1990, que buscaram dentre outras ações, a conquista de marcos normativo dentro do Estado Brasileiro, para assegurar uma política educacional específica e intercultural para estas populações, assim:

A luta dos movimentos políticos e pedagógicos da Educação do Campo deram força e vigor à elaboração de um marco normativo específico para a Educação das populações camponesas, dentre as quais podemos destacar as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica em 2002, as diretrizes complementares da Educação do campo em 2008 e o decreto presidencial nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, que instituiu a Educação do Campo, que tratam de diferentes dimensões do processo educativo, o que representou avanços significativos para as práticas educativas no nosso País. [...] (SILVA, 2013, p.73).

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



Dentre estas práticas educativas, as Escolas/turmas multisseriadas – forma majoritária de organização escolar no campo brasileiro – apresenta enormes desafios tanto no que se refere a sua concepção, a sua existência, a formação de professores/as para atuação nestas escolas, e a forma de efetivação da gestão educacional destas escolas.

Esta problematização suscitou o nosso interesse em realizar uma pesquisa sobre a Gestão das Escolas/turmas Multisseriadas no Cariri Paraibano, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande, com a finalidade de compreender e analisar a gestão educacional destas escolas, e mais especificamente, temos como objetivos: caracterizar e analisar o funcionamento das Escolas/Classes Multisseriadas em Municípios do Cariri Paraibano; Identificar como os marcos normativos da Educação do Campo contribuem para o fortalecimento da gestão das Escolas do Campo; e Situar o tipo de gestão que vem sendo desenvolvido nestas escolas.

A pesquisa encontra-se na fase exploratória, na perspectiva de finalização do desenho do referencial metodológico da pesquisa, da revisão da literatura sobre a temática e num levantamento sobre a produção existente em fontes de pesquisa nacional e local sobre as Escolas/Classes Multisseriadas e a Gestão Educacional nestas escolas.

Na revisão da literatura e da legislação que iniciamos temos identificado que: o surgimento do Movimento da Educação do Campo, que se articula nacionalmente a partir de 1990, como os movimentos sociais e sindicais, organizações não governamentais e universidades, foram de fundamental importância para colocar na agenda política do Brasil, o debate de políticas para a população camponesa.

Do ponto de vista da legislação, a existência na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 28, possibilitou o debate e a formulação de marcos normativos específicos, ao colocar que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



O processo de disputa entre movimentos sociais e sindicais e o Estado em suas diferentes esferas, possibilitou ao longo destes últimos 20 anos, avanços e retrocessos na escolarização da população campesina, pois mesmo com várias ações e programas da educação do campo, não se conseguiu deter o fechamento de escolas no campo, o que afeta, sobretudo, as Escolas/turmas multisseriadas.

Recentemente pela pressão do Movimento da Educação do Campo, foi realizado uma ementa no artigo 28, da LDB, numa perspectiva de normatizar o processo de funcionamento destas Escolas, à medida que o parágrafo único, coloca que:

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014) apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014).

Mesmo com a pressão dos Estados e Municípios, com o discurso da economia dos gastos com a nucleação, a naturalização de fechamento de escolas nas comunidades rurais, com base na narrativa preconceituosa sobre as Escolas/turmas multisseriadas, e uma valorização urbanocêntrica da escola localizada nas cidades, diferentes resistências contra o fechamento tem surgido em diferentes municípios da Paraíba e do Brasil.

Neste sentido, acirra os focos de tensões e contradições, postos por CALDART, 2009, p. 47)

Destaco dois grandes focos de tensões ou de concentração das contradições: o primeiro e principal está na própria dinâmica do campo dentro da dinâmica do capitalismo e do acirramento das contradições sociais que vem do movimento de expansão do capital, brutalmente acelerado no campo nestes últimos anos. O segundo diz respeito à relação tensa (que na sociedade capitalista não tem como não ser contraditória) entre Pedagogia do Movimento e políticas públicas, relação entre movimentos sociais com projeto de transformação da sociedade e Estado.

Para se acomodar as inúmeras mudanças provocadas pela nova ordem social gestada sob o comando do capital financeiro, novas relações foram estabelecidas entre Estado e sociedade. As políticas educacionais passam a ser reorientados por um Estado controlador e avaliador a serviço do ajuste do capitalismo. O saber se torna mercadoria chave a ser produzida a quem paga mais e a produção do conhecimento assume cada vez mais um aspecto comercial. Fala-se de direito à aprendizagem e não de direito à formação humana, à educação.

Com base nisto, temos como pressuposto na nossa pesquisa que: A heterogeneidade existente nas classes multisseriadas não é considerada para organização da gestão educacional nas políticas municipais; e que os preceitos do gerencialismo (eficácia e eficiência) na educação brasileira impulsiona como estratégia central para a gestão das classes multisseriadas o fechamento e a nucleação das escolas.

Portanto, nossa indagação na pesquisa é de Como ocorre no atual contexto a gestão educacional nos municípios das Classes Multisseriadas no campo?; e, Quais as mudanças na política educacional para a gestão das classes multisseriadas a partir do paradigma da Educação do Campo?

2. Metodologia

A metodologia da pesquisa se desenha a partir da abordagem dialética, numa perspectiva do materialismo histórico, conforme posto por Frigotto (2000). Como procedimento para a construção dos dados da pesquisa estamos nos referenciando na triangulação de procedimentos para a coleta de dados, pois,

a Triangulação permite que o pesquisador possa lançar mão de três técnicas ou mais com vistas a ampliar o universo informacional em torno de seu objeto de pesquisa, utilizando-se, o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação (MINAYO, 2010, pp. 28- 29).

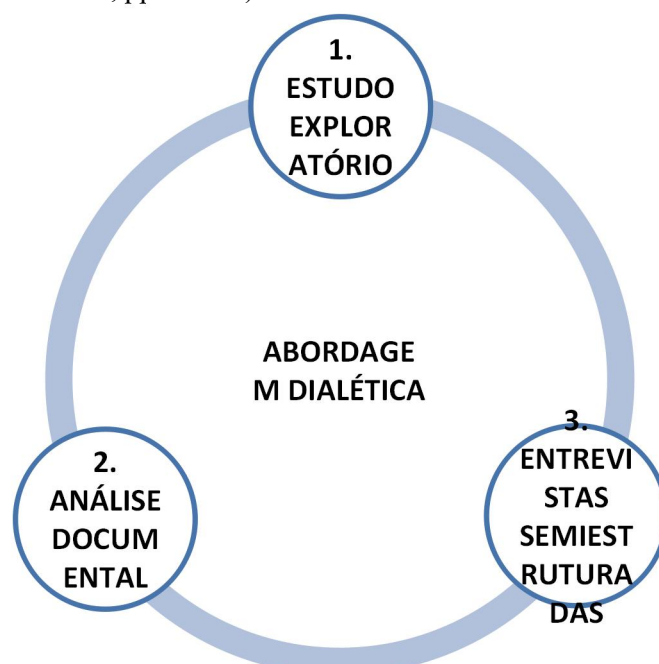


Figura 1 – Triangulação dos procedimentos de pesquisa
Elaborado pelas autoras, (2018)

O procedimento do estudo exploratório consiste no mapeamento nas fontes nacionais (banco de teses e reuniões da anped), das pesquisas que tratem sobre os descritores: Escolas/turmas multisseriadas e gestão educacional no campo.

A análise documental se referencia em fontes documentais nacionais (LDB e marco normativo da Educação do Campo), e em fontes documentais locais (Plano Municipal de Educação e PAR), buscando identificar e analisar o que tratam sobre a gestão educacional nas escolas do campo e sobre as Escolas/turmas multisseriadas.

As entrevistas semiestruturadas, serão realizadas com a formulação de um roteiro aberto, para serem realizadas com gestores de educação dos municípios campo da pesquisa, gestores escolares e coordenadores pedagógicos que atuam diretamente com as escolas do campo.

Todo o material coletado será analisado pelo método da análise de conteúdo, na perspectiva da análise temática, “ consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença pode significar alguma coisa para o objetivo escolhido” conforme posto por Bardin (1977, p. 133).

3. Resultado e Discussões

No procedimento de revisão de literatura com a finalidade de uma maior aproximação com o objeto da investigação, identificamos que o Movimento da Educação do Campo, que se constituem no Brasil, nos últimos 20 anos, colocou na agenda da política educacional direitos antes negados, contextos estereotipados e práticas educativas invisibilidades por uma perspectiva urbanocêntrica que orientou as políticas educacionais desde a década de 1940 no Brasil.

A luta por um marco normativo específico da Educação do Campo, que afirme o direito da população rural a uma organização escolar, que considere a diversidade dos contextos, dos sujeitos e dos espaços escolares nos quais as práticas de gestão participativa e democrática.

O próprio conteúdo dos documentos evidencia que a conquista deste marco normativo representa do ponto de vista da política educacional um sinal da luta pela democratização, por ter como protagonistas fundamentais as reivindicações dos sujeitos do campo, organizados em diferentes movimentos sociais e sindicais.

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



Essas características dos sujeitos e dos contextos, bem como a luta pela construção de políticas públicas, geram uma contra hegemonia na forma como vem sendo tratada historicamente as escolas do Campo, e conseqüentemente, a especificidade de sua gestão.

4. Considerações Finais

Discutir sobre a organização das classes multisseriadas num contexto que muitos gestores públicos, entendem que a mesma estaria inevitavelmente condenada ao desaparecimento, em nome da modernização e dos indicadores de desempenho da educação, parece ser de fundamental importância, numa perspectiva de que somente recentemente se começou a pensar na especificidade deste tipo de organização escolar, no direito dos sujeitos camponeses a escolarização, e principalmente no papel que estas instituições exercem nas comunidades rurais.

5. Referências

BRASIL/PR. **Lei 9394 de 20 /12/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.7 n.1, p.35-64, mar./jun.2009.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2000. P. 69-90.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 19-51.

SILVA, Maria do Socorro. Avaliação Nacional e as escolas do campo: tecendo reflexões e perspectivas. In: **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Avaliação da educação, organização escolar e trabalho docente em escolas municipais do estado da Paraíba. Andréia Ferreira da Silva; Melânia Mendonça Rodrigues – Campina Grande: EDUFCEG, 2013.